

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

Edson Cicero de Lacerda Silva

O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE  
CRÉDITO BANCÁRIO

Brasília  
2013

Edson Cicero de Lacerda Silva

O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE  
CRÉDITO BANCÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:  
Prof<sup>a</sup>. Doutora Beatriz Fátima Morgan

Brasília, DF  
2013

Edson Cicero de Lacerda Silva

O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE  
CRÉDITO BANCÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
defendido e aprovado no Departamento de  
Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade  
de Economia, Administração e Contabilidade  
da Universidade de Brasília como requisito à  
conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências  
Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis, avaliado pela seguinte  
comissão examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Doutora Beatriz Fátima Morgan  
Orientadora  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Doutor Paulo Augusto Petenuzo de Britto  
Examinador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Brasília, DF, 10 de Julho de 2013

A todos aqueles que amo, pelo apoio que me foi dado para conseguir vencer este desafio.

## **Agradecimentos**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pela minha saúde e por ser minha companhia em todos os momentos, desde os mais complicados até os mais memoráveis.

Aos meus pais Manuel e Francisca, pois sempre foram guerreiros, lutaram pelos seus objetivos e me deram as ferramentas necessárias para crescer mesmo em meio a muitas dificuldades.

A minha irmã pelo incentivo em tantos momentos, pelos conselhos e pelo exemplo; tenho certeza que sem isso eu não conseguiria chegar até aqui.

A minha amada namorada, pois sem seu apoio e compreensão essa caminhada teria sido muito mais difícil e talvez até impossível.

Aos meus amigos, por todas as risadas, conselhos e ajudas nesses quatro anos e meio de graduação. Tenho certeza que tudo isso contribuiu para minha formação.

A professora doutora Beatriz Fátima Morgan, pela ajuda na escolha do tema, pela orientação e pelo valioso acompanhamento durante a consecução de toda a pesquisa.

Por fim, obrigado a todos que de alguma forma ajudaram na realização deste trabalho.

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”*

**(Madre Teresa de Calcutá)**

## RESUMO

O crédito é uma importante ferramenta de fomento a economia, representando uma fatia de 54,1% do PIB do Brasil em abril de 2013. As empresas se utilizam do crédito para se operacionalizar, alavancar suas atividades e reduzir os riscos de insolvência. Os bancos, por sua vez, fornecem crédito a pessoas físicas e jurídicas e através do *spread* dessas operações conseguem obter parte de seu lucro. Por detrás dessas transações existe um criterioso processo de análise de riscos do tomador e da operação com o intuito de, caso a operação seja autorizada, mitigar ao máximo os riscos de não pagamento por parte do tomador. Este trabalho objetivou identificar como a informação contábil é utilizada nesta análise e qual a importância que ela assume na decisão final de concessão ou não do crédito. Para isto foi estudado o manual de instruções gerais, aplicado a concessão de crédito, de um banco cooperativo nacional, além de entrevista com o analista de crédito e de observações de sua rotina de trabalho. Através deste estudo, o resultado mostrou que a informação contábil é utilizada em todas as fases do processo de análise, apesar de, por vezes, ser de qualidade questionável, não aderente às normas de contabilidade ou conter dados de difícil interpretação.

**Palavras-chaves:** Crédito. Informação Contábil. Bancos. Concessão de Crédito.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Quadros</b> .....	8
<b>1 Introdução</b> .....	9
1.1 Definição do tema e problema de pesquisa .....	9
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos .....	10
1.2.3 Estrutura do trabalho.....	10
<b>2 Referencial Teórico</b> .....	12
2.1 O processo decisório.....	12
2.2 A importância do crédito nas Instituições Financeiras .....	14
2.3 A análise das informações contábeis para a mitigação dos riscos.....	15
<b>3 Metodologia</b> .....	21
3.1 Tipo de Pesquisa.....	21
3.2 Objeto de estudo e a análise .....	22
<b>4 O cooperativismo de crédito: Estudo de caso em um Banco Cooperativo Nacional</b> .....	24
4.1 Estudo do modelo de decisão aplicado a análise para concessão de crédito de um banco cooperativo nacional.....	25
4.1.2 Disposições Gerais .....	25
4.1.3 Análise dos riscos envolvidos na operação .....	25
4.1.4 Definição dos Limites de Crédito.....	28
4.2 Estudo da aplicação do modelo de decisão na rotina do analista de crédito .....	30
<b>5 Conclusões e Sugestões</b> .....	34
5.1 Conclusões.....	34
5.2 Sugestões de pesquisa.....	35
<b>Referências</b> .....	36



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de Liquidez.....	18
Quadro 2 – indicadores de Rentabilidade.....	18
Quadro 3 – Indicadores de Fluxo de Caixa.....	19
Quadro 4 – Indicadores de Estrutura.....	19
Quadro 5 – Matriz de Classificação de Riscos.....	27
Quadro 6 – Quadro de Transposição.....	28
Quadro 7 – Quadro de Pontuação.....	29
Quadro 8 – Quadro de limites de Crédito.....	30

## 1 Introdução

### 1.1 Definição do tema e problema de pesquisa

O mercado financeiro se faz presente no cotidiano da grande maioria das pessoas ao redor do mundo, desde um pagamento feito através do cartão de crédito ou débito até as grandes transações que as empresas executam no desempenho de suas atividades. No centro deste mercado estão as Instituições Financeiras que através da sua operacionalização subsidiam pessoas físicas e jurídicas de diversas maneiras.

Considerando seus principais atributos, um banco pode ser descrito como uma instituição que desempenha duas funções básicas. A primeira é promover os mecanismos de pagamento dentro da sociedade e a outra é a de ser um intermediário financeiro, ou seja, capta recursos dos agentes econômicos que querem investir (superavitários) e os transfere para aqueles que necessitam de liquidez (deficitários) através de empréstimos, financiamentos dentre outros. (ASSAF NETO, 2010)

Essa transferência de recursos acontece através do processo de concessão de crédito. Segundo Assaf Neto e Silva (2012, p. 125):

Crédito diz respeito à troca de bens presentes por bens futuros. De um lado, uma empresa que concede crédito troca produtos por uma promessa de pagamento futuro. Já uma empresa que obtém crédito recebe produtos e assume o compromisso de efetuar o pagamento no futuro.

O crédito tem uma forte participação no sistema financeiro nacional. Segundo informações do Banco Central, o montante das operações de crédito alcançou R\$ 2.453 bilhões em abril de 2013, após crescimentos de 1,1% no mês e 16,4% em doze meses. A relação crédito/PIB atingiu 54,1%, comparativamente a 53,9% em março e a 49,7% em abril de 2012.

Dessa forma, percebe-se que o crédito tem papel atuante no cenário econômico brasileiro e que uma das mais importantes atividades dos bancos consiste na concessão de crédito, nas mais diversas modalidades, a agentes que necessitam de liquidez. Porém, trocar produtos no presente por uma promessa de pagamento no futuro, envolve uma gama de riscos que precisam ser mitigados pela Instituição Financeira para que o crédito possa ser concedido.

Mas como mitigá-los? Qual é o tipo de informação que as Instituições Financeiras se utilizam para fazê-lo? Que importância a informação contábil tem no processo decisório de

concessão de crédito? Estas foram algumas das questões que motivaram essa pesquisa e que nortearam o estudo feito. Porém o cerne deste trabalho consiste em trazer à luz o modo como a informação contábil é usada no processo de concessão de crédito nas Instituições Financeiras.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Identificar a forma como a informação contábil é utilizada e que importância esta tem sobre o processo decisório de concessão de crédito nas Instituições Financeiras focando no caso de um banco cooperativo nacional.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar as principais variáveis no processo decisório de concessão de crédito;
- Verificar como se dá a decisão de concessão de crédito num banco cooperativo nacional;
- Verificar a relevância da informação contábil para a decisão final de concessão.

### **1.2.3 Estrutura do trabalho**

Com o intuito de atingir os objetivos pretendidos, este estudo foi desenvolvido com a seguinte estrutura:

O capítulo 1 caracteriza o tema a ser explanado, as questões que nortearam o trabalho e a apresentação da estrutura da monografia.

O capítulo 2 traz de forma sintética alguns estudos sobre o tema, as definições dadas pela literatura dos assuntos mais aderentes ao objetivo do trabalho, e tem por finalidade subsidiar o usuário deste estudo no entendimento dos temas mais relevantes relacionados ao uso da informação contábil no processo de concessão de crédito.

O capítulo 3 apresenta o tipo de pesquisa que foi realizada neste trabalho, informa os objetos de estudo e os elementos que compõem a análise. De modo sintético explana a metodologia adotada para a execução do estudo.

O capítulo 4 apresenta de modo resumido o contexto do cooperativismo de crédito no Brasil, trazendo seus principais dados e traçando um panorama geral. Em seguida, exhibe-se o modelo de decisão utilizado por um banco cooperativo nacional no processo de concessão de crédito. Tal modelo se pauta nas políticas e valores da instituição e subsidia o analista de crédito no processo decisório relacionado ao crédito. Por fim, avalia-se por meio de entrevista e observações a aderência dos processos internos do banco estudado ao modelo de decisão implantado pela sua administração.

Por fim, o capítulo 5 apresenta os resultados do estudo feito, suas conclusões e sugestões de possíveis trabalhos que poderão ser feitos na área de concessão de crédito nos bancos.

## 2 Referencial Teórico

Neste capítulo são abordados os principais assuntos relacionados ao processo de concessão de crédito. Inicia-se com a contextualização do processo decisório, o seu conceito e suas principais variáveis. Logo após, expõe como um modelo, pautado nos objetivos da empresa, norteia a tomada de decisão. Em seguida adentra-se no caso das Instituições Financeiras, abordando a importância do crédito para a sua operacionalização. E, por último, são apresentadas as características dos principais riscos envolvidos no processo e como os métodos de análise para concessão de crédito podem mitigá-los.

### 2.1 O processo decisório

Nos tempos atuais, com a complexidade dos negócios, exige-se cada vez mais das organizações que seus processos decisórios sejam estruturados de modo a maximizar seus resultados. Os colaboradores de qualquer empresa são obrigados a tomar os mais diversos tipos de decisão a todo o momento; desde as mais simplórias do ponto de vista do grau de impacto na instituição, até as mais complexas. Nesse cenário torna-se necessário que o processo de tomada de decisão seja visto como um importante instrumento para a consecução eficiente do desenvolvimento da empresa.

De acordo com Santos e Ponte (1998, p. 1) “Toda organização é constituída e se desenvolve a partir de decisões que, no seu conjunto, singularizam a sua identidade e determinam cada uma de suas opções”.

Para Hoppen *et al* (1997, p. 37):

A importância da tomada de decisão na organização é bastante clara e pode ser percebida empiricamente em qualquer análise organizacional. Esta relação é tão estreita que é impossível pensar a organização sem considerar a ocorrência constante do processo decisório. As atividades realizadas nas empresas, nos seus diversos níveis hierárquicos, são essencialmente atividades de tomada de decisão [...].

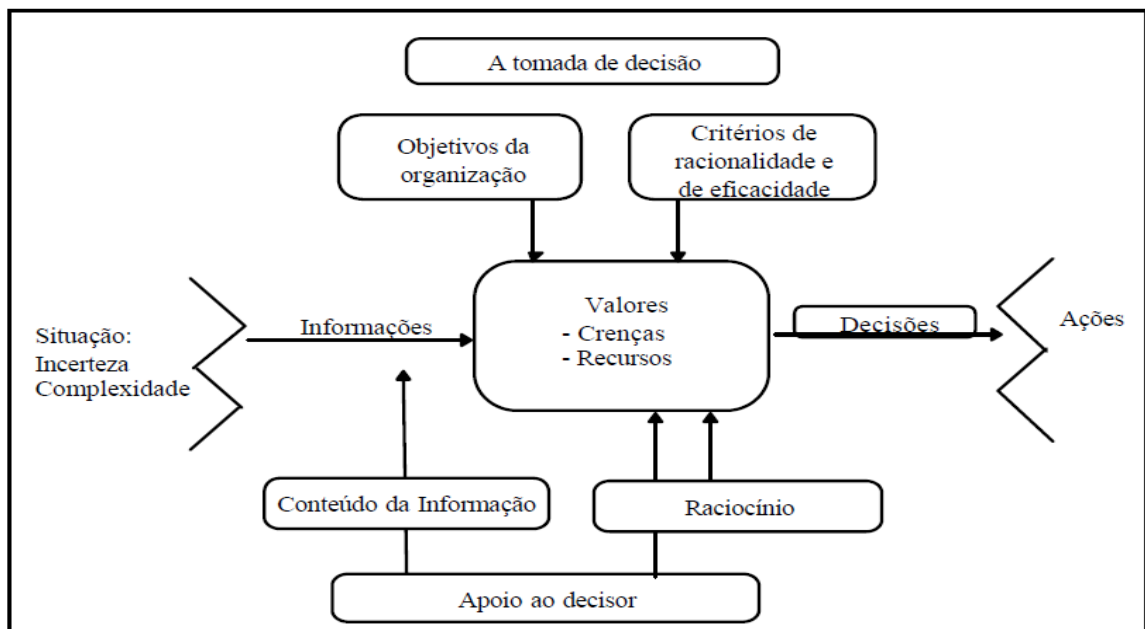
Como salientado acima, o processo de tomada de decisão dentro das empresas é de vital importância, porém é importante entender, também, que os indivíduos respondem aos estímulos de maneira diferente; cada pessoa tende a ter respostas bem diferenciadas à mesma situação. Isso acontece porque a percepção da realidade é algo muito individualizado. As

experiências de vida de cada pessoa, as influências culturais, a formação acadêmica, os aspectos políticos e religiosos, entre outros, influenciam de modo ativo a maneira de enxergar o mundo e conseqüentemente a postura a ser adotada diante de uma situação problema. (LEMES 1996 *apud* SANTOS; PONTE 1998)

O fato é que a todo o momento, os indivíduos se deparam com as mais diversas escolhas a serem feitas, desde resolver qual roupa usar para ir ao trabalho até qual postura adotar diante de um problema grave; no ambiente corporativo isso não é diferente, comumente os administradores estão tomando decisões, quase todas de fundamental importância para os negócios.

Nesse panorama, modelos de gestão bem estruturados e aderentes à política da empresa se tornam uma importante ferramenta de suporte ao processo decisório bem como de mitigação de riscos. Isso possibilita que as decisões tomadas pelos seus colaboradores traduzam a visão da instituição e não a sua própria. Segundo Machado (1997, p. 86) “um modelo de gestão é um conjunto de princípios emanados das crenças e valores da empresa que direcionam as decisões e ações dos gestores, cujo impacto se verificará diretamente no patrimônio da organização”.

Segundo Freitas (1993, p. 74) *apud* Hoppen *et al* (1997, p.37) a tomada de decisão pode ser exemplificada da seguinte forma:



**Figura 1** - A tomada de decisão e ajuda ao decisor Freitas (1993, p. 74) *apud* Hoppen *et al* (1997, p.37)

O ponto de entrada do processo de tomada de decisão é a informação advinda de um ambiente externo que, na grande maioria das vezes, é de muitas incertezas e de alta

complexidade. A informação assume o papel de recurso fundamental em todos os níveis organizacionais (operacional, tático e estratégico) e tal papel aumenta de acordo com o crescimento da complexidade da instituição. Toda essa informação deve ser tratada com a devida importância para que possa subsidiar o gestor e não apenas lhe fornecer “ruído”. (HOPPEN *et al* 1997)

Toda a interpretação dessa informação deve ser pautada nos principais valores da instituição, levando em consideração o nível de recurso que será despendido e a eficácia desta ação (critérios de racionalidade e eficácia). Numa situação normal, as organizações pensam no custo *versus* benefício antes de tomarem determinada atitude, isso porque uma ação que numa primeira análise possa trazer benefícios econômicos futuros, num nível considerável, pode ter custos que não compensem o investimento ou seu retorno. Exemplo disso seria uma companhia que escolhe investir na produção de papel não reciclado, porém tem sua imagem manchada pelo desmatamento que se faz necessário para a consecução das suas atividades.

O modelo de decisão, em todas as fases do processo decisório, deve instrumentalizar o decisor e aumentar as suas chances de escolher dentre as alternativas existentes, aquela que melhor atenda aos principais objetivos da organização (SANTOS; PONTE 1998). Ao padronizar as variáveis que devem ser levadas em consideração, o modelo de decisão diminui a possibilidade de erro por parte do decisor. É importante destacar que a ação é o resultado final de todo este processo, ou seja, a informação chega à empresa das mais diversas fontes para ser, então, processada, levando em consideração as variáveis que o modelo construído pela organização julga importantes. O decisor ao analisar todo este cenário tomará a decisão mais adequada àquele momento visando sempre agregar valor à organização.

Percebe-se, portanto, que a informação subsidia todo o processo de tomada de decisão que, por sua vez, também é norteado por modelos que traduzem as principais características da instituição.

## **2.2 A importância do crédito nas Instituições Financeiras**

Os bancos desempenham o papel de intermediadores financeiros, ou seja, recebem recursos de agentes econômicos superavitários e os transferem para agentes carentes de liquidez (ASSAF NETO 2010). A concessão de crédito caracteriza, portanto, uma das principais atividades das Instituições Financeiras. Porém, antes de qualquer análise mais

específica é importante entender o que é, na visão de alguns autores, o crédito. De acordo com Assaf Neto e Silva (2012, p. 125) “crédito diz respeito à troca de bens presentes por bens futuros”.

O crédito é, portanto, todo ato de ceder temporariamente parte de seu patrimônio a determinada pessoa física ou jurídica com a prerrogativa de, no futuro, reaver o valor emprestado integralmente. (SCHRICKEL 1999)

A visão de Rosa (1992) *apud* Bueno (2003, p.13) complementa:

O crédito sempre foi um instrumento de extrema importância na realização de negócios, viabilizando recursos para o crescimento e desenvolvimento econômico. É um elemento presente em praticamente todas as políticas financeiras das empresas, como forma de suprir recursos para investimento ou custeio de suas atividades.

Brito e Assaf Neto (2008, p. 19) corroboram: “Para uma instituição financeira, crédito refere-se, principalmente, à atividade de colocar um valor à disposição de um tomador de recursos sob a forma de um empréstimo ou financiamento, mediante compromisso de pagamento em uma data futura”.

Dada a notória participação que o crédito possui nas atividades bancárias, é natural que o mercado possua uma forte preocupação com este assunto. O não pagamento, por parte do tomador do empréstimo, de uma grande quantia pode colocar uma empresa numa situação grave de insolvência dada a ampla participação do crédito no seu total de receitas. Portanto o sucesso, para a Instituição Financeira, de uma operação passa pela correta mensuração de seus riscos.

### **2.3 A análise das informações contábeis para a mitigação dos riscos**

Entendendo que em todas as operações realizadas existe uma parcela de risco, as empresas se preocupam cada vez mais em mitigá-la, e buscam as mais diversas ferramentas para isso. A correta mensuração do risco requer que primeiro se entenda o que ele significa e quais são suas principais características.

Securato (1996, p 28) define risco como:

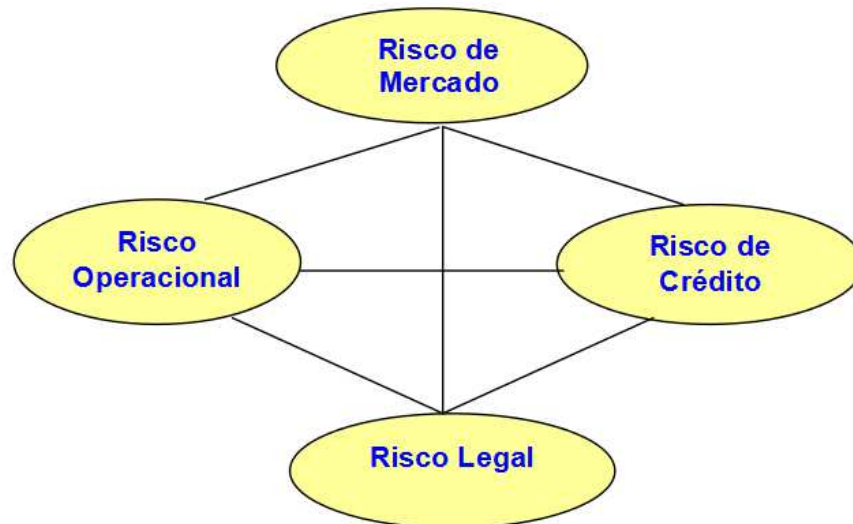
Admitindo que sucessos e fracassos constituem uma partição do conjunto de possíveis resultados que podem ocorrer, quando na tentativa de atingirmos os nossos objetivos, então define-se risco como a probabilidade de ocorrerem os fracassos.



Gitman (1997, p. 202) trazendo uma visão mais específica, corrobora dizendo que risco é “a probabilidade de prejuízo financeiro ou então a variabilidade de retornos associada a um determinado ativo”.

Tratando do risco na visão empresarial, Santos (2002, p.3) salienta: “risco é a possibilidade de perda decorrente de um determinado evento. Perda para a empresa significa prejuízo, lucro menor, situações em que as operações transitam pelo demonstrativo de resultados, ou redução de ativos com contrapartida no patrimônio líquido”.

As várias definições de risco convergem para quatro grandes grupos, a saber: riscos de mercado, riscos operacionais, riscos de crédito e risco legal. (DUARTE JUNIOR 1996 *apud* BUENO 2003)



**Figura 2** - Grupos de Riscos Bancários (Fonte: Duarte Jr, 1996 *apud* Bueno 2003, p. 41)

Gaio (2009, p.11) com uma visão mais ampla, define risco de mercado: “É o risco de perda resultante de uma variação do valor dos bens transacionáveis”.

Na visão de Assaf Neto (2010, p.272) risco de crédito “pode ser entendido como a possibilidade do banco não receber integralmente na data pactuada, o principal e os juros do crédito concedido a seus clientes. É também denominado risco de inadimplência”. Nota-se que esta definição é específica para o caso bancário.

Outro ponto a ser explanado é a respeito do risco legal, que para Bueno (2003, p.45) “trata-se da possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de dispositivos legais ou regulamentares, da mudança de legislação ou de alterações na jurisprudência aplicáveis às transações da organização”.

Por fim, na perspectiva de Drzik (1998, p.42) “o risco operacional compreende todos os demais riscos não incluídos nas outras categorias”.

Diante do exposto, depreende-se que a empresa também se vale de modelos bem estruturados, construídos para a correta classificação dos riscos com o intuito de mitigá-los e, desse modo, garantir a maximização de seus resultados. É com base nestes modelos que a corporação se subsidia para uma importante decisão: a de conceder ou não conceder crédito em determinada situação. Nesse momento a empresa terá de responder “sim” ou “não” ao cliente e, caso a resposta seja positiva para a concessão, deverá responder “até quanto”. Então, o critério que norteia a decisão será a maximização da riqueza da empresa (ASSAF NETO E SILVA 2012). Para que esta resposta seja dada algumas informações se tornam essenciais, uma delas é a contábil.

Diversos autores afirmam que a contabilidade se assemelha a uma linguagem em diversos aspectos, Anthony *et al.* (1975, p. 12-13) *apud* Dias e Nakagawa (2012, p. 35) escrevem:

A contabilidade também se assemelha a uma linguagem, na medida em que algumas de suas regras são definidas enquanto outras não. Há diferenças de opinião entre contadores a respeito de como um determinado evento deveria ser relatado, da mesma forma que gramáticos divergem em relação a muitos pontos de estrutura, pontuação e escolha de palavras numa sentença. Finalmente, línguas evoluem em resposta às necessidades mutantes da sociedade, assim como a Contabilidade. (tradução livre)

Marion (2012, p.26) vai um pouco mais a fundo dizendo que “a contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisão”.

Ainda segundo Marion (2012 p.26) “não se pode decidir sobre produção, marketing, investimento, financiamento, custos etc. sem a contabilidade”.

É neste cenário que a informação contábil ganha ênfase quando se fala em decisão de concessão de crédito. É sabido que através dos demonstrativos contábeis pode-se extrair as mais diversas informações da companhia: sua composição de capital, seu nível de disponibilidades, seu equilíbrio entre recursos de curto e longo prazo etc. E essas informações podem ser sintetizadas através de índices que evidenciam o estado econômico financeiro da instituição.

Nesse sentido Gitman (1997, p. 102) salienta: “a análise por meio de índices envolve os métodos de cálculo e a interpretação dos índices financeiros, para avaliar o desempenho e a situação da empresa”.

Na visão de Pinto (1999, p. 87) “a análise através de índices constitui a técnica de análise mais empregada”.

Complementando a cerca da importância da análise envolvendo índices, Assaf Neto e Silva (2012, p. 144) afirmam:

A análise de balanços é uma importante ferramenta na determinação do crédito para pessoas jurídicas. Através da análise podem-se determinar tendências – também denominada análise horizontal – ou participações – análise vertical. Os principais índices de interesse na análise de balanços são os de endividamento, de liquidez, de rentabilidade e de caixa.

Segundo Silva (1997, p.32), “os índices de liquidez visam fornecer um indicador da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades.” Alguns dos principais índices de liquidez estão no quadro 1:

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA
Liquidez Imediata	Disponível/Passivo Circulante	A capacidade da empresa em saldar seus compromissos correntes utilizando-se unicamente de seu saldo de disponível.
Liquidez Seca	$(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}) / \text{Passivo Circulante}$	O percentual das dívidas de curto prazo em condições de serem liquidadas mediante o uso de ativos monetários de maior liquidez
Liquidez Corrente	Ativo Circulante/Passivo Circulante	Para cada \$1 de dívida de curto prazo, quanto a empresa mantém em seu ativo circulante

**Quadro 1** – Indicadores de Liquidez (Fonte: Adaptado de Assaf Neto e César Tibúrcio (2012, p. 22))

Matarazzo (2010, p. 110) afirma sobre os índices de rentabilidade: “Os índices desse grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa”. Alguns dos principais índices de rentabilidade utilizados estão no quadro 2:

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA
Giro do Ativo	Vendas Líquidas/Ativo Total	Quantas vezes girou o ativo da empresa durante o ano
Margem Líquida	$(\text{Lucro Líquido} \times 100) / \text{Vendas Líquidas}$	A porcentagem líquida de lucro obtido sobre as vendas
Margem Operacional de Lucro	$(\text{Lucro Operacional} \times 100) / \text{Vendas Líquidas}$	A parcela operacional de lucro obtida sobre as vendas líquidas
Rentabilidade do Ativo	$(\text{Lucro Líquido} \times 100) / \text{Ativo Total}$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 de investimento total
Rentabilidade do PL	$(\text{Lucro Líquido} \times 100) / \text{Patrimônio Líquido}$	A remuneração dos capitais próprios investidos na empresa

**Quadro 2** – Indicadores de Rentabilidade (Fonte: Bueno (2003, p. 77) adaptado de Matarazzo, 1997 e Banco do Brasil, 1998)

Concernente aos indicadores de caixa, Assaf Neto e Silva (2012, p. 34) escrevem: “O fluxo de caixa é de fundamental importância para as empresas, constituindo-se numa indispensável sinalização dos rumos financeiros dos negócios”. Alguns dos mais importantes índices de caixa estão no quadro 3:

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA
Cobertura de Dívidas	$\text{Fluxo de Caixa das Operações} / \text{Passivo Total}$	A relação entre a geração anual de caixa proveniente das operações pelas dívidas da empresa
Cobertura de Investimentos	$\text{Fluxo de Caixa das Operações} / \text{Fluxo de Caixa de Investimentos}$	A relação entre o fluxo de caixa das operações com o fluxo de caixa de investimentos. Determina se a empresa consegue financiar seus projetos de investimento com recursos próprios
Retorno Total	$\text{Fluxo de Caixa das Operações} / \text{Fluxo de Caixa de Financiamentos}$	A relação entre a entrada líquida de recursos provenientes do desempenho operacional da empresa com o fluxo de financiamento
Retorno sobre Vendas	$\text{Fluxo de Caixa das Operações} / \text{Vendas}$	A relação entre a geração de caixa e o volume de vendas. Ou seja, quanto a empresa consegue gerar de fluxo de caixa líquido com suas operações para cada unidade de venda
Retorno sobre Ativos	$\text{Fluxo de Caixa das Operações} / \text{Ativo}$	Quanto é gerado de fluxo de caixa das operações para cada unidade monetária investida no ativo

**Quadro 3** - Indicadores de caixa (Fonte: Adaptado de Assaf Neto e Tibúrcio (2012, p. 54-56))

Referindo-se aos índices de estrutura (endividamento) Matarazzo (2010, p. 87) acentua: “Os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos”.

Em situações específicas os índices de estrutura podem assumir características diferentes das usuais, pode-se citar como exemplo o caso dos bancos que operam com elevado endividamento denotando a grande capacidade de alavancagem dessas instituições, além de demonstrar as peculiaridades da sua estrutura de capital, isso porque a participação do capital próprio nas operações financeiras geralmente é deveras reduzida, girando em torno de uma média de somente 11% do capital total emprestado. (ASSAF NETO 2010). O quadro 4 traz de forma sintética alguns dos principais índices adotados para a análise e controle da estrutura de capital (ASSAF NETO 2010).

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA
Endividamento	$\text{Passivo Total} / \text{Patrimônio Líquido}$	Quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$ 1 de capital próprio aplicado.
Dependência Financeira	$\text{Passivo Total} / \text{Ativo Total}$	A dependência da empresa com relação a suas exigibilidades totais
Imobilização dos Capitais Permanentes	$\text{Ativo Permanente} / (\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo})$	O nível de imobilização dos recursos permanentes (longo prazo) da empresa, isto é, o percentual desses recursos que está financiando os ativos permanentes.

**Quadro 4** – Indicadores de estrutura (Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2010, p. 137-138))

A técnica de análise de balanços também é passível de problemas. Em primeiro lugar pode-se destacar que as informações contábeis são periódicas, ou seja, os demonstrativos são atualizados no encerramento de cada exercício. Outros problemas que merecem ser destacados são: a limitação da legislação societária, o reflexo da inflação nas demonstrações contábeis e a influência que a experiência e qualidade técnica do analista tem sobre a qualidade da análise de balanços. (ASSAF NETO, 2012)

Existem outras técnicas de concessão de crédito que não se utilizam das informações contábeis como principal fonte de dados sobre a saúde financeira do tomador do empréstimo. Pode-se citar como exemplo o sistema de pontuação que através de uma experiência histórica de concessão de crédito pela instituição, define quais são os aspectos que serão considerados na análise e qual o peso que cada um deles terá na decisão. (ASSAF NETO 2012)

De modo geral, o processo de concessão de crédito é delicado e requer um grande esforço da empresa para que seus riscos sejam amenizados e seus resultados maximizados.

### 3 Metodologia

Para a confecção deste trabalho foi feita pesquisa junto a um Banco Cooperativo nacional por meio de estudo de seus manuais internos além de entrevista com o responsável pela análise econômico-financeira das pessoas jurídicas tomadoras de empréstimos.

Informações complementares foram obtidas por meio de levantamentos feitos junto ao Banco Central através de seu portal na web bem como sites de agências reguladoras e Sebrae.

#### 3.1 Tipo de Pesquisa

Entendendo as principais características do estudo feito, pode-se dizer que a pesquisa realizada foi exploratória de cunho qualitativo. Segundo Freitas e Prodanov (2013, p. 51) a pesquisa exploratória pode ser definida como:

Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

O planejamento da pesquisa exploratória é flexível o que permite estudar o tema sob diversos aspectos. De modo geral envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos (FREITAS; PRODANOV, 2013). Entendendo que as questões problema levantadas não são plenamente conhecidas e que estudos futuros podem se aprofundar significativamente, podemos perceber que o trabalho realizado possui as características de pesquisa exploratória.

No que tange à pesquisa qualitativa, podemos dizer que enquanto estudos quantitativos procuram seguir um plano previamente estabelecido, comumente baseado em hipóteses e variáveis que são objeto de definição operacional, a pesquisa qualitativa é direcionada, ao longo de seu desenvolvimento, portanto é mais flexível. Além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fatos, segundo a perspectiva de quem participa do “problema” e a partir daí faça sua interpretação (NEVES, 1996).

Tendo em vista a maior flexibilidade que a pesquisa exploratória qualitativa possui, e que possibilita entender e interpretar o cenário com o olhar do participante da situação problema; depreende-se que essa forma de pesquisa facilita o entendimento do tema, fornecendo ao leitor um arcabouço de informações que o subsidiará no aprofundamento do conhecimento referente aos fatores relevantes no processo de análise para decisão de concessão de crédito no cenário cooperativo.

### **3.2 Objeto de estudo e a análise**

Compreendendo o significativo montante de recursos que o cooperativismo de crédito movimenta no cenário nacional, optou-se por ter como objeto deste estudo um banco cooperativo nacional. Os elementos necessários para que este estudo pudesse ser realizado foram obtidos através dos manuais operacionais do banco supracitado e por meio de entrevista com o responsável pelo processo de análise de concessão de crédito.

Como já salientado, parte significativa dos dados necessários à análise foram extraídos de revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevista. Num primeiro momento foi realizada revisão bibliográfica com o intuito de entender quais são as informações, na visão de alguns autores da área, que são mais relevantes para a decisão de concessão de crédito. Buscamos elencar quais são essas informações de modo a fornecer um panorama geral sobre concessão de crédito ao leitor.

Uma vez que ficou comprovado que a informação contábil está no rol dos principais dados estudados na hora de decidir sobre o crédito, partimos para a pesquisa documental onde o intuito foi entender e apresentar ao leitor como que uma instituição financeira consolidada no mercado analisa seus tomadores de empréstimos. Para isso foi feita análise do manual de instruções gerais aplicado à concessão de crédito; o modelo utilizado pelo banco foi analisado e será apresentado mais adiante neste estudo.

Por último, os dados obtidos através da revisão bibliográfica e da pesquisa documental (análise do manual de instruções gerais do banco estudado) foram comparados com as informações conseguidas na entrevista com o analista de crédito. Para Selltiz *et al* (1974, p. 271) na entrevista “existe a oportunidade de maior flexibilidade para a obtenção de informação”.

Nesse passo, objetivou-se entender como o processo de análise para concessão de crédito é feito na prática e qual diferença existe para o que está na literatura ou nos instrumentos internos de regulação do próprio banco.



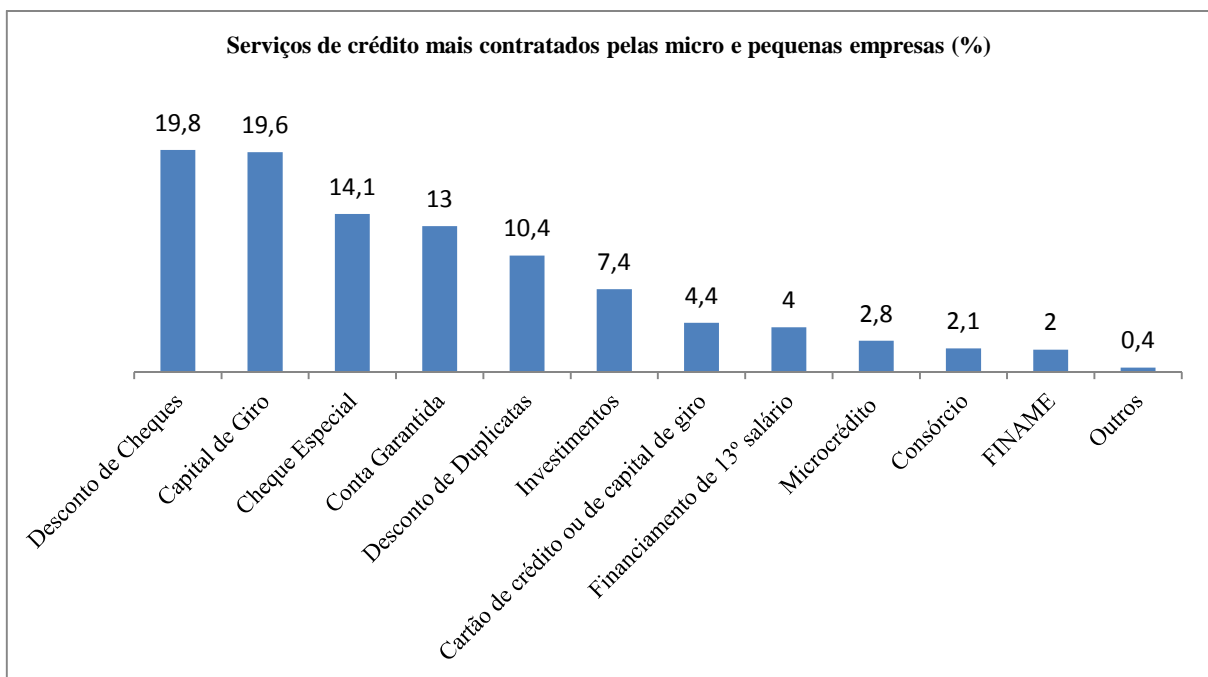
#### 4 O cooperativismo de crédito: Estudo de caso em um Banco Cooperativo Nacional

Estudo divulgado em maio de 2013 pelo Banco Central apontou que o total da carteira ativa de crédito das cooperativas brasileiras alcançou a marca de R\$ 30,3 bilhões de reais com aproximadamente 1,49 milhão de indivíduos associados ao redor do país, denotando o papel cada vez maior das cooperativas no âmbito nacional.

Segundo informações divulgadas pelo Sebrae, cerca de 20% dos associados das cooperativas de crédito brasileiras são pessoas jurídicas, sendo que deste montante 37% são de microempresas; as empresas de médio e grande porte somam a fatia de 7% do total.

São diversos os serviços disponibilizados pelas cooperativas aos seus associados: custódia, aplicações, seguros dentre outros. De todos, o grupo de serviços mais demandado por parte dos associados às cooperativas é o crédito. A figura de empréstimos e financiamentos soma o total de 33% dos produtos e serviços contratados nas cooperativas. (SEBRAE, 2012)

Como salientado, empréstimos e financiamentos somam o total de 33% do total de serviços contratados pelas micro e pequenas empresas nas cooperativas. Mas qual a composição deste montante? Quais os serviços de crédito que as micro e pequenas empresas mais contratam nas cooperativas?



**Figura 3** – Produtos e Serviços mais contratados pelas micro e pequenas empresas (Fonte: Sebrae)

Para dar o suporte financeiro necessário à consecução das atividades financeiras das cooperativas, surge a figura do Banco Cooperativo. O Banco Central do Brasil o define como: “Banco comercial ou banco múltiplo constituído, obrigatoriamente, com carteira comercial. Diferencia-se dos demais por ter como acionistas-controladores, cooperativas centrais de crédito [...]”.

O banco cooperativo funciona como o operacionalizador das transações financeiras das cooperativas. São vários os serviços prestados por ele, dentre eles a análise técnica para a decisão de concessão de crédito. Mas como esse processo é feito? Qual o modelo de decisão é aplicado neste processo? Este capítulo objetiva a elucidação destas e de outras questões.

#### **4.1 Estudo do modelo de decisão aplicado a análise para concessão de crédito de um banco cooperativo nacional**

A seguir, analisamos o modelo de decisão aplicado no processo decisório de concessão de crédito de um banco cooperativo nacional. Salienta-se que todos os dados e informações presentes nesta parte do estudo foram extraídos do Manual de Instruções Gerais aplicado à área de análise de crédito do banco supracitado.

##### **4.1.2 Disposições Gerais**

Antes de entrar em pontos mais específicos do processo decisório de concessão de crédito, é importante entender alguns aspectos básicos trazidos pelo Manual de Instruções Gerais do banco estudado que a partir deste momento chamaremos apenas de MIG. Estas informações são parâmetros gerais que norteiam todo o processo decisório.

Primeiro, a concessão de crédito às pessoas físicas e jurídicas sempre é realizada mediante o cumprimento das exigências que compõem o modelo de decisão, aplicadas em cada modalidade, sendo vetada a concessão quando ficar comprovado que a atividade a qual se destina o recurso é deficitária.

E, segundo, recomenda-se a não renovação de um empréstimo com a incorporação de juros e encargos de transação anterior, desse evento se ressalva os casos de composição de créditos de difícil ou duvidosa liquidação.

##### **4.1.3 Análise dos riscos envolvidos na operação**

Inicialmente, é importante entender que existe diferença substancial entre o risco do tomador do empréstimo e o risco da operação. É possível que, uma operação de crédito seja classificada como de baixo risco, mesmo o tomador sendo de alto risco; isso se dá em decorrência de garantias que a operação possui, por exemplo, ou por possíveis fiadores que o tomador dispõe. Portanto, o modelo de decisão estudado mapeia as características do tomador para que o veredito com relação à operação seja dado. Ou seja, a classificação de riscos é feita com base nas informações do tomador e depois disso considera-se fatores como garantias e fianças para que a classificação da operação seja feita.

O cálculo do risco é uma das etapas mais importantes do processo de decisão. É a partir daí que serão avaliadas as garantias, prazos da operação, alçadas de decisão e taxa a ser praticada. Segundo o MIG, o modelo de decisão implantado pela Instituição Financeira visa à uniformização dos perfis de riscos de suas carteiras.

Num primeiro momento, o MIG salienta a realização da análise do tomador que recebe uma pontuação. Esta pontuação é a base de sua classificação de risco, segundo um quadro de transposição de pontos e de acordo com a Resolução CMN 2.682 de 21 de dezembro de 1999 publicada pelo Banco Central do Brasil. Tal classificação de risco leva em conta aspectos quantitativos e qualitativos.

A análise quantitativa do risco é realizada a partir dos dados dos balanços e balancetes do tomador. No primeiro momento, alguns índices são calculados para dar ao analista uma visão inicial da situação econômico-financeira do tomador. São exemplos: índices de endividamento, fluxos de caixa, índices de liquidez, índices de rentabilidade e alavancagem. Tais indicadores são fortemente utilizados durante todo o processo de classificação de riscos.

Um ponto a ser destacado é que os índices que consideram o patrimônio líquido são calculados considerando o patrimônio ajustado, para isso alguns ajustes são feitos. Os itens que compõem estes ajustes são informados pela Instituição Financeira.

A Resolução CNSP 222 de 06/12/2010 define o Patrimônio Líquido Ajustado como:

Patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil, conforme o caso, ajustado por adições e exclusões, para apurar, mais qualitativa e estritamente, os recursos disponíveis que possibilitem às sociedades supervisionadas executarem suas atividades diante de oscilações e situações adversas, devendo ser líquido de elementos incorpóreos, de ativos de elevado nível de subjetividade de valoração ou que já garantam atividades financeiras similares, e de outros ativos cuja natureza seja considerada pelo órgão regulador como impróprias para resguardar sua solvência.

Para cada faixa de resultados que se chega calculando tais índices, é atribuído um diferente nível de risco pelo MIG, sendo o nível 1 considerado o de menor risco e o nível 3 o

de maior risco. Além disso, todos os indicadores possuem pesos que, multiplicados pelo nível de risco resulta numa pontuação. A pontuação final da análise quantitativa é a soma dos pontos de cada indicador.

As outras informações usadas pelo MIG são de cunho qualitativo e possuem peso tão relevante na decisão quanto os dados de cunho quantitativo. Estas informações são apuradas com base em questionários respondidos pelo tomador, e tem como finalidade básica a aferição dos seguintes fatores:

- Pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- Situação do setor de atividade econômica;
- Tradição da empresa no mercado (Tempo de existência);
- Restrições em consultas cadastrais externas;
- Tempo de associação à cooperativa;
- Situação cadastral da empresa etc.

Ao final da análise quantitativa e qualitativa, uma matriz de risco é preenchida contendo os dados extraídos nas fases anteriores. A Quadro 5 é um exemplo de matriz que atribui pontuações distintas a cada informação extraída do tomador e subsidia o analista de crédito no processo decisório.

Indicadores	Peso	Níveis de Risco			Níveis de Intolerância
		1	2	3	
Data da última atualização cadastral	7,5	≤ 6 meses	> 6 meses e ≤ 18 meses	> 18 meses	-
Tempo de existência da empresa	7,5	≥ 6 anos	≥ 4 anos e < 6 anos	< 4 anos	-
Tempo de associação à Cooperativa	7,5	> 3 anos	≥ 1 ano e ≤ 3 anos	< 1 ano	-
Atividade Econômica da Empresa	7,5	Em expansão	Estável	Em queda	-
Classificação de Risco da Cooperativa que o tomador é associado	7,5	De AA até B	De C até E	De F até H	-
Consultas cadastrais externas	10	Sem restrição	Uma restrição ainda não regularizada	Mais de uma restrição ainda não regularizada	>3, um nível de rebaixamento
					> 5, dois níveis de rebaixamento
Consulta de operações de crédito no SCR (Central de Risco do BACEN)	15	Nenhuma parcela vencida	Parcela vencida a mais de 15 dias	Parcela vencida a mais de 60 dias	Parcela vencida a mais de 90 dias, um nível de rebaixamento
Liquidez Corrente	7,5	≥ 1,2	< 1,2 e ≥ 1,0	< 1,0	< 0,5, um nível de rebaixamento
Endividamento Total	7,5	≤ 75%	> 75% e ≤ 100%	> 100%	-
Endividamento dos próximos 12 meses em relação ao Faturamento Bruto Anual	15	≤ 20%	> 20% e ≤ 30%	> 30%	-
Rentabilidade sobre o PL	7,5	≥ 5%	< 5% e ≥ 0%	< 0%	≤ -5%, um nível de rebaixamento

**Quadro 5** - Matriz de classificação de riscos (Fonte: Adaptado do Manual de Instruções Gerais da IF estudada)

Através da comparação das informações do tomador com o quadro de classificação de riscos, define-se o nível de risco de cada um dos indicadores que compõem a matriz. Este nível obtido é multiplicado pelo peso atribuído àquele indicador pelo modelo. O chamado nível de intolerância define parâmetros que ultrapassados podem interferir no resultado final da classificação de riscos; no quadro acima, rebaixando-a. Ao final, o somatório dos valores relativos aos níveis de riscos multiplicados pelo peso atribuído será a pontuação base para a classificação final do risco.

O quadro 6 é um exemplo de quadro de transposição que, levando em consideração a pontuação de risco da operação, atribui um grau de risco que vai de AA (nível mais baixo de risco) a H (nível mais alto de risco), conforme a Resolução 2682 do Banco Central do Brasil:

Total de Pontos	100 a 122	123 a 145	146 a 168	169 a 190	191 a 212	213 a 234	235 a 256	257 a 278	279 a 300
Classificação de Risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H

**Quadro 6** – Quadro de transposição (Fonte: Manual de Instruções Gerais da IF estudada)

A classificação final da operação é um importante subsídio que auxiliará de forma ativa o analista na importante decisão de recomendar ou não, às alçadas superiores, a concessão de crédito.

Vale salientar que é a classificação de riscos que definirá o percentual a ser provisionado como crédito de liquidação duvidosa, caso a decisão de concessão seja positiva. A Resolução CMN 2682 do Banco Central do Brasil define que os percentuais de provisionamento variam de 0,5% para as operações classificadas como de nível AA a 100% para as operações classificadas como de nível H. Além da importância na definição da provisão, a classificação de risco influencia ativamente na definição dos limites de crédito que serão disponibilizados ao tomador.

#### **4.1.4 Definição dos Limites de Crédito**

O MIG estudado traz a informação de que os limites de crédito são estabelecidos com base na capacidade econômico-financeira comprovada do tomador, considerando a sua situação patrimonial e de resultados ou a expectativa proveniente da implantação de projetos além da classificação de riscos dada ao tomador nas etapas já mencionadas anteriormente neste estudo.

A análise econômico-financeira do tomador é realizada utilizando-se de modelo próprio da área responsável na Instituição Financeira, em aderência a política da empresa, e levando em consideração as informações julgadas mais importantes pelo modelo.

Comprovada a capacidade financeira da empresa, aplica-se o percentual de até 100% sobre o faturamento médio mensal dos últimos 12 meses ou sobre o esperado, devidamente comprovado por projetos de viabilidade econômica, estabelecendo o limite global para o cliente.

Para o cálculo da atribuição do limite global de crédito, consideram-se as empresas com classificação de risco entre “AA” e “D”, que terão uma pontuação inicial de 10 para AA, de 9 para A, de 8 para B, 7 para C e 6 para D. As organizações com classificação de risco entre “E” e “H”, não terão limite de crédito.

<b>Indicador</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Pontuação</b>
Liquidez Corrente	Menor que 1,5	-0,5
	Menor que 1,0	-1
Endividamento de Curto Prazo	Maior que 30%	-0,5
	Maior que 50%	-1
Endividamento Total	Maior que 50%	-0,5
	Maior que 75%	-1
Rentabilidade	Menor que 15%	-0,5
	Menor que 10%	-1
Tempo de Existência	Menos de 10 anos	-0,5
	Menos de 5 anos	-1

**Quadro 7** – Quadro de Pontuação (Fonte: Adaptado do MIG da IF estudada)

O tomador inicia esta etapa do processo com uma pontuação calculada de acordo com a classificação de risco que recebeu na etapa anterior do modelo (classificação de riscos). Dessa pontuação serão subtraídos os valores constantes no quadro 7 de acordo com os indicadores elencados e respeitando os valores atribuídos para cada intervalo. Vale destacar que nessa etapa os aspectos qualitativos tem o mesmo peso das informações econômico-financeiras do tomador.

O limite de crédito total do tomador será determinado em função da sua pontuação final. Para cada intervalo de pontos, é atribuído um percentual sobre o faturamento médio mensal da empresa, que será limitado a um percentual sobre o Patrimônio de Referência da Instituição Financeira (PR). O PR é calculado conforme define a Resolução CMN 3444 de 28 de fevereiro 2007 do Banco Central do Brasil.

<b>Pontuação</b>	<b>% do Faturamento Médio Mensal</b>	<b>% sobre o PR do Banco</b>
De 9,5 a 10	Até 100%	25%
De 8,5 a 9	Até 80%	22,5%
De 7,5 a 8	Até 70%	20%
De 6,5 a 7	Até 60%	17,5%
De 5,5 a 6	Até 50%	15%
De 4,5 a 5	Até 40%	12,5%
De 3,5 a 4	Até 30%	10%
De 2,5 a 3	Até 20%	5%
De 1,5 a 2	Até 10%	2,5%

**Quadro 8** - Quadro de limite de crédito (Fonte: Adaptado do Manual de Instruções Gerais da IF estudada)

Ao final deste processo temos a classificação de risco do tomador, faltando apenas a ponderação de possíveis garantias para que a classificação final seja dada a operação, podendo obter melhoras caso as garantias sejam aceitas. Terminado este ponto, o analista de crédito possui subsídios suficientes para formular seu parecer recomendando ou não a concessão do crédito ao tomador.

Salienta-se que o modelo apresentado aplica-se a pessoas jurídicas (foco deste estudo) e não engloba todas as possibilidades de análise. Outro ponto a ser destacado é que dependendo do ramo de atividade do tomador, o modelo pode sofrer alterações, informações podem não ser solicitadas e, outras, incluídas na análise para que esta seja mais eficiente.

#### **4.2 Estudo da aplicação do modelo de decisão na rotina do analista de crédito**

O primeiro passo deste trabalho foi explanar a cerca da importância do crédito dentro das empresas e como ocorre o processo de análise para sua concessão num âmbito geral e, depois, com base no Manual de Instruções Gerais de determinada instituição financeira do ramo cooperativo fez-se um estudo de caso para verificar a aderência dos procedimentos internos com as diretrizes emanadas pelo manual e averiguar o peso que a informação contábil tem em todo este processo.

Buscou-se compreender como o processo de concessão de crédito se dá à luz do modelo de decisão adotado pela empresa para depois realizar a entrevista com o analista responsável pela referida análise com o intuito de entender qual o grau de aderência dos processos desempenhados com o que o modelo traz como diretrizes. Num segundo momento

foram realizadas observações junto ao analista com o intuito de obter informações mais precisas a respeito da sua rotina e a forma como o modelo de decisão é aplicado na prática.

Na entrevista procurou-se primeiramente entender que tipo de informação é mais utilizado na análise feita pelo analista de crédito. Segundo o entrevistado a informação mais usada é a receita bruta (faturamento), pois o modelo de decisão aplicado diz que os limites máximos serão estabelecidos conforme o faturamento médio mensal do tomador. O analista ainda enfatiza que indicadores como liquidez, endividamento e composição da origem dos recursos (capital de terceiros x capital próprio) sempre são utilizados e que são eles que conseguem traduzir em números a “saúde” financeira da empresa.

Corroborando com este raciocínio Gitman (1997, p. 102), “a análise por meio de índices envolve os métodos de cálculo e a interpretação dos índices financeiros, para avaliar o desempenho e a situação da empresa”.

Percebe-se claramente que a informação de cunho contábil é fortemente utilizada no processo decisório de concessão de crédito, subsidiando o analista na elaboração de seu relatório sobre o tomador. O fato de a concessão de crédito envolver obrigatoriamente o trânsito de recursos de uma organização a outra faz com que a informação contábil seja eficaz na hora da decisão uma vez que ela pode representar a situação econômico-financeira do tomador mitigando, dessa forma, os riscos inerentes ao processo. Ressalta-se que quando a informação contábil apresenta distorções ou erros, pode não representar a real situação econômico-financeira do tomador prejudicando a consecução da análise. Nestas situações, outros modelos de análise para concessão de crédito podem servir como auxílio. Nesse sentido Assaf Neto e Silva (2012, pág.140) salientam:

Tradicionalmente, uma forma de decidir pela concessão ou não do crédito é através do chamado cinco C's do crédito. Esta abordagem investiga o cliente em potencial em termos de cinco fatores: o caráter, a capacidade, o capital, as condições e as garantias (*collateral* em inglês).

Como salientado acima, a área responsável elabora um relatório em forma de parecer imparcial com a análise econômico-financeira do tomador destacando seus principais aspectos positivos e negativos e considerando também as características que não estão diretamente relacionadas ao tomador, mas que interferem na operação como, por exemplo, as garantias. Nas palavras do analista entrevistado, “a decisão de conceder ou não o crédito não é tomada pela área de análise de crédito, mas sim por comitês formados por gestores de crédito”. Porém tal decisão é fortemente pautada no parecer emitido pelos analistas de crédito.

Importante ainda frisar que apesar de a decisão final de concessão ser pautada no parecer dos analistas de crédito, existem situações em que o crédito é concedido mesmo o



parecer sendo negativo e vice e versa. Não conseguimos, por meio de entrevista, saber se é corriqueiro acontecer os casos descritos acima, mas segundo informações do analista entrevistado, é possível que ocorra tais decisões de acordo com os interesses do comitê. Em algumas situações específicas interesses de cunho mercadológico ou de marketing podem se sobrepor ao nível de risco que a operação possui.

Detectada a importância significativa da informação contábil no processo decisório de concessão de crédito, procurou-se também entender por meio da entrevista e de observações se as informações de cunho contábil que são encaminhadas à área responsável pela análise de crédito são confeccionadas por profissionais devidamente capacitados e se tem aderência às normas de contabilidade vigentes no Brasil.

De acordo com o analista, o que se percebe é que em muitos casos apesar de serem assinadas por profissionais da área contábil, devidamente licenciados pelo órgão de classe, as demonstrações apresentam distorções como, por exemplo, balanços patrimoniais que não fecham ou contas que possuem descrição de difícil entendimento dificultando deveras o trabalho do analista ou de qualquer outro profissional que precise utilizar as demonstrações financeiras em questão.

O entrevistado em diversos momentos relata que uma das maiores dificuldades encontradas é a falta de informação. Documentações incompletas, por vezes mal elaboradas e com erros geram um enorme entrave para a consecução da análise. Importante salientar que geralmente tais distorções acontecem em demonstrações financeiras de empresas de pequeno e médio porte; para as organizações maiores as demonstrações contábeis geralmente são de qualidade maior e por vezes até auditadas.

Entendendo as limitações que cada um dos modelos de concessão de crédito possui, Assaf Neto e Silva (2012, pag. 145) salientam:

Uma forma de contrabalançar as vantagens e desvantagens das técnicas de concessão de crédito aqui apresentadas talvez seja utilizar um sistema de pontuação para concessão de crédito de pequeno montante, estendendo uma análise mais rigorosa, incluindo aí a análise das demonstrações contábeis àqueles casos em que o valor do crédito seja mais expressivo.

Por fim o analista foi questionado se numa situação de incerteza com relação ao parecer, a informação contábil poderia auxiliar de forma eficaz ao ponto de definir sua opinião final com relação à concessão. A resposta foi aderente às anteriores, afirmando que a informação contábil é a mais utilizada e a que tem peso maior no processo de análise.

As observações feitas durante o acompanhamento da rotina do analista de crédito tiveram o intuito de verificar a aderência dos processos executados com o que o manual de

instruções gerais traz como diretrizes. Percebeu-se um forte equilíbrio entre o peso das informações qualitativas e quantitativas no processo de análise tal qual o manual apresenta sendo que as informações contábeis são a grande maioria na parte quantitativa da análise corroborando com a tese de que a ela tem forte peso na decisão de concessão de crédito.

Outro ponto a ser destacado nas observações é a possibilidade de verificar se os dados passados na entrevista condizem com o que foi presenciado durante esta etapa do trabalho. Em todos os aspectos julgados relevantes, existe uma forte aderência entre o que o modelo de decisão traz e o que ocorre na prática. Destaca-se que o modelo de decisão do banco estudado dá liberdade ao usuário no sentido de fazer adaptações de acordo com a situação desde que sua essência não seja alterada.

## **5 Conclusões e Sugestões**

Neste trabalho foi realizado um estudo sobre a utilização da informação contábil no processo decisório de concessão de crédito em um banco cooperativo atuante no Brasil. Foi abordado, em forma de estudo de caso, o modo como o banco supracitado executa a análise para concessão de crédito a pessoas jurídicas e buscou-se compreender e apresentar o peso que a informação contábil possui em todo este processo.

### **5.1 Conclusões**

A análise dos dados na revisão bibliográfica e no estudo do manual operacional do banco estudado indicou em todos os aspectos julgados relevantes que a informação contábil possui forte participação e importância no processo decisório para concessão de crédito. Porém, buscou-se ainda neste estudo, identificar se na prática os responsáveis pela análise para concessão de crédito executam o que a literatura e o manual operacional da instituição emanam como diretrizes a serem seguidas.

No estudo de caso feito, percebeu-se que a metodologia de análise de crédito utilizada se vale de variáveis qualitativas e quantitativas para subsidiar a decisão. Isto possibilita que empresas menores com demonstrativos contábeis menos esclarecedores também possam ser avaliadas de modo eficiente. Este fato também corrobora o que a literatura traz como exemplo de tipos de informações que podem ser utilizadas como subsidio a decisão de concessão de crédito.

Percebeu-se que parte significativa dessas variáveis envolve informações contábeis. Com o balanço e balancetes nas mãos e através de índices ou de análises horizontais e verticais o analista consegue levantar praticamente todas as informações quantitativas que o modelo pondera. Para as informações qualitativas, os demonstrativos contábeis também se mostraram úteis; isto porque notas explicativas e relatórios da administração podem subsidiar o analista com informações a respeito do mercado de atuação da empresa, tempo de existência dentre outros.

Porém, cabe ressaltar que a informação que chega até o analista de crédito por vezes é mal formulada e/ou contém erros. Estes entraves atrapalham a consecução da análise e compromete a qualidade do parecer emitido. Portanto, existem momentos em que a informação de cunho contábil não é utilizada ou é usada somente em partes no processo de

análise com o intuito de maximizar a qualidade dos pareceres. Neste momento, outros modelos de decisão podem ser utilizados para subsidiar o analista.

Por fim, conclui-se que a informação contábil possui forte relevância no processo decisório de concessão de crédito subsidiando o analista em todas as fases de sua análise.

## **5.2 Sugestões de pesquisa**

Para todas as empresas que concedem crédito, um modelo de decisão, estruturado com base em seus principais valores e objetivos, se faz necessário. Porém tais modelos de decisão variam de acordo com as características individuais de cada organização.

Neste cenário, pesquisas futuras podem fazer um aprofundamento no estudo destes modelos de decisão, acompanhando a rotina dos colaboradores da organização por mais tempo e analisando seus processos com mais profundidade.

Outra sugestão consiste em estudar diferentes modelos de decisão fazendo um contraponto entre eles, comparando suas principais características.

## Referências

- ANTHONY, Robert Newton et al. Accounting: text and cases. Chicago: Irwin, 1975.
- ASSAF NETO, Alexandre, SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do Capital de Giro. São Paulo, Atlas, 2012.
- \_\_\_\_\_, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços. São Paulo, Atlas, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Perfil das pessoas físicas tomadoras de operações de crédito nas cooperativas brasileiras
- BANCO DO BRASIL. Curso Qualidade do Crédito. Apostila de treinamento. Brasília. GEPES. 1998.
- BRITO, Giovani Antônio Silva; NETO, Alexandre Assaf. Modelo de Classificação de Risco de Crédito de Empresas. Revista de Contabilidade Financeira USP, São Paulo, v.19, n. 46, Janeiro/Abril 2008.
- BUENO, Valmor de Fátima Ferreira. Avaliação de Risco na Concessão de Crédito Bancário para Micros e Pequenas Empresas. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da UFSC. Florianópolis, 2003.
- DRZIK, John; et al. Risco, Capital e Aferição do valor nas Instituições Financeiras. Revista Tecnologia de Crédito. no. 15. p. 34-48. São Paulo, SERASA. nov, 1998.
- DUARTE JÚNIOR, Antonio Marcos. Risco: Definições, Tipos Medição e Recomendações para o seu Gerenciamento. 1996. Notas de aulas. Não publicado.
- FREITAS, H. M. R. A informação como ferramenta gerencial. Porto Alegre, Ortiz, 1993.
- FREITAS, Henrique, BECKER, João Luiz, KLADIS, Constantin Metaxa, HOPPEN, Norberto. Informação e Decisão: Sistemas de Apoio e seu impacto. Porto Alegre, Atlas, 1997.
- GAIO, Luiz Eduardo. Gestão de Riscos no Mercado Financeiro Internacional: Uma Análise comparativa entre modelos de volatilidade para estimação do *Value-at-Risk*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP, Ribeirão Preto, 2009.
- GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. Tradução de Jean Jacques Salim e João Carlos Douat. 7a. edição. São Paulo, Harbra. 1997.
- [HTTP:// www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM](http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM) acesso em 27 de maio de 2013
- [HTTP:// www.bcb.gov.br/glossario.asp?id=GLOSSARIO&Definicao=286](http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?id=GLOSSARIO&Definicao=286) acesso em 27 de maio de 2013

- LEMES, Sirlei. Aspectos da gestão econômica na atividade de bovinocultura. São Paulo, 1996. Dissertação/(Mestrado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- MACHADO, Antonio Carlos. Sistema de informações para gestão econômica no comércio varejista: estudo dos principais modelos de decisões envolvidos. São Paulo. 1997. Dissertação/(Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- Manual de Instruções Gerais: Risco de Crédito. Banco Cooperativo do Brasil
- MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. São Paulo, Atlas 2012.
- MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: Abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 1997.
- \_\_\_\_\_, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: Abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.
- NAKAGAWA, Masayuki e DIAS, José Maria Filho. Reflexões sobre a dimensão semiótica da Análise de Balanços: Uma contribuição à otimização de decisões de crédito. R. Cont. UFBA, Salvador BA, v. 6, n. 1, p. 33-47, janeiro-abril 2012.
- NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, V.1, Nº 3, 2º Sem./1996
- PINTO, Fernando. Curso de Gestão Estratégica: Finanças Corporativas. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- Resolução CMN 2.682 de 21 de dezembro de 1999
- Resolução CMN 3444 de 28 de fevereiro 2007
- Resolução CNSP nº 222, de 2010
- ROSA, Fernando. Sistemas especialistas para a análise de risco de concessão de crédito bancário. 1992, 195 p. Dissertação (Mestrado em Administração da Produção e Sistemas de Informações). Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV. São Paulo.
- SANTOS, Edilene Santos e PONTE, Vera. Modelo de Decisão em Gestão Econômica. São Paulo, 1998. Caderno de Estudos FIPECAFI, São Paulo, v.10 n.19, setembro/dezembro 1998
- SANTOS, Paulo Sérgio Monteiro dos. Gestão de riscos empresariais: um guia prático e estratégico para gerenciar os riscos de sua empresa. Osasco, SP, Novo Século Editora, 2002.
- SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de Crédito. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_, Wolfgang Kurt. Demonstrações Financeiras Abrindo a Caixa Preta. São Paulo: Atlas, 1999

SEBRAE, Atuação das Cooperativas de Crédito no Âmbito das Micro e Pequenas Empresas no Brasil, 2012.

SECURATO, José Roberto. Decisões financeiras em condições de risco. São Paulo, Atlas, 1996.

SELLTIZ, Claire et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

SILVA, José Pereira da. Gestão e Análise de Risco de Crédito. São Paulo: Atlas, 1997.